

***Haitianismo* e percepção da Revolução Haitiana na sociedade escravista brasileira do século XIX**

Haitianism and the perception of the Haitian Revolution in the slaved Brazilian society in the 19th century

Luís Fernando de Souza Lima¹, Fernanda Mendes Lourenço², Giovanna Saturnino Oliveira³, Sofia França Vieira⁴, Fábio Luiz Rigueira Simão⁵

RESUMO: Neste trabalho analisamos o impacto da Revolução Haitiana sobre as sociedades escravistas do Mundo Atlântico, particularmente o Brasil. Realizamos a leitura de uma historiografia que, revisando os eventos, percebe o seu caráter sociorracial e as repercussões do movimento. Por meio de um trabalho de revisão historiográfica e leitura de fontes primárias trazidas à discussão pelos próprios autores, estudamos os eventos ocorridos no Haiti e a reação dos escravizados e das elites senhoriais brasileiras a partir do que ouviam e entendiam sobre os eventos no Haiti. Esse fenômeno chamado à época de *Haitianismo* foi por nós usado como elemento central, consistindo a pesquisa de leitura e fichamento das obras e análise de documentos da época, focando na repressão desenvolvida pela elite branca amedrontada pela possibilidade de revoltas negras como aquela ocorrerem no Brasil também. Procuramos perceber como as próprias pessoas escravizadas e livres de cor ressignificaram sua luta em um contexto novo que se abria em todo o Mundo Atlântico. Nossa atenção se volta também à maneira como se criou mecanismos de repressão e silenciamento desses grupos, permanecendo em nossa cultura como estigmas sociais profundos, os quais às vezes passam despercebidos. Esse trabalho foi desenvolvido como pesquisa de iniciação científica em nível médio no âmbito do programa PIBIC-EM 2020-2021 do CNPq.

PALAVRAS-CHAVE: Haitianismo; Brasil; Questões Sociorraciais.

ABSTRACT: In this work we analyze the impact of the Haitian Revolution on the slave societies of the Atlantic World, particularly that of Brazil. We read a historiography that, reviewing the events, perceives its socio-racial character and the repercussions of the movement. Through a work of historiographical review and the reading of primary sources worked by the authors themselves, we studied the events that took place in Haiti and the reaction of the enslaved and free people of color in face of the Brazilian lordly elites from the information they heard about of the Haiti events. This phenomenon called Haitianism at the time was admitted by us as a central element, consisting of our research work in the reading and recording of the works and analysis of some documents of the time, focusing on the repression developed by the white elite frightened by the possibility of black revolts like that to occur in Brazil too. We seek to understand how the enslaved and free people of color re-signified their struggle in a new context that opened up across the Atlantic World. Our attention turns also especially to how were created mechanisms of repression and silencing of those groups, something that remain nowadays in our culture as deep social stigmas,

¹ UFMG. Estudante de História. E-mail: luisfernandosl@ufmg.br. Bolsista Pibic CNPq/UFV 2020-2021

² UFJF. Estudante de Arquitetura e Urbanismo, E-mail: fefemendesl@outlook.com.

³ UNOESTE. Estudante de medicina. E-mail: giovanna.oliveira@ufv.br

⁴ UnB, Estudante de Relações Internacionais. E-mail: sofiafrancav@gmail.com.

⁵ UFV, CAp-Coluni, professor de História, E-mail: fabiolrsimao@ufv.br.

which sometimes go unnoticed. This work was developed as a scientific initiation research at a high school level within the scope PIBIC-EM 2020-2021 program by CNPq.

KEYWORDS: Haitianism, Brazil, Social Racial Issues.

INTRODUÇÃO

A Revolução Haitiana, também conhecida como Revolta de São Domingos, foi o primeiro processo de independência de uma colônia na América Latina, e o único conduzido diretamente por pessoas escravizadas e livres de cor. Inicialmente a Ilha foi uma colônia espanhola, e depois de um período de exploração por piratas e negociantes estrangeiros, sua porção ocidental foi entregue à França nos termos do Tratado de Ryswick, que colocou fim à Guerra dos Nove Anos (1688-1697). O território passado pela Espanha ao domínio francês deu origem à colônia de Saint-Domingue.

No Caribe, a escravidão foi uma das mais numerosas e violentas do Mundo Atlântico. Em Saint-Domingue, um escravizado sobrevivia de 3 a 7 anos, forçando uma constante retroalimentação do tráfico. A estrutura social da colônia apresentava três grupos: os *blanc*, elite branca proprietária (com cerca de 5 mil pessoas), *gens de couleur*, grupos médios mestiços, filhos e filhas de senhores brancos com mulheres africanas (cerca de 25 mil pessoas) e escravizados, maior parte da população composta por cerca de 400 mil pessoas.

Em torno de 10 mil escravos chegavam por ano em Saint-Domingue para servir de mão-de-obra nas *plantations* de cana-de-açúcar. A exploração do trabalho e a cultura de resistência dos escravizados recém-chegados faziam das fugas e revoltas eventos constantes. Na década de 1790, a rica colônia responsável por colocar nada menos que 65 toneladas anuais de açúcar no mercado mundial. Cerca de 50% do açúcar consumido no mundo vinha de lá.

O açúcar era conhecido como o “ouro branco” e simbolizava a opulência da especiação sustentada pelo tráfico negreiro no Caribe. O ápice da produção açucareira no período que antecede a Revolução é enfatizado por Robson Nikolay em seu artigo “Independência do Haiti”:

Alguns anos antes da revolta que conduziria a ilha ao seu violento e conturbado processo de independência, a produção de açúcar atingia o seu ápice, chegando a exportar mais de sessenta mil toneladas anuais deste produto que se traduzia num símbolo de opulência e riqueza para a época. Esse crescimento, contudo, não se dava sem o incremento da mão de obra escrava, que constituía a base da força produtiva das *plantations* açucareiras (NIKOLAY, 2010, p. 2).

Em 1790, o número de escravizados entrados na colônia de Saint-Domingue anualmente havia quadruplicado. A população branca era de 30 mil pessoas, enquanto negros e mestiços contavam mais de 500 mil. Essa proporção fez com que o barão de Mirabeau, nobre francês, dissesse certa vez que “os brancos de Saint-Domingue dormiam aos pés do Vesúvio”. A qualquer momento a desigualdade e a violência poderia causar uma erupção social.

Além da resistência nas fazendas, os escravizados formavam comunidades livres nas florestas no centro da Ilha. Essa população, não só nas possessões francesas, mas também nas áreas espanholas e inglesas do Caribe, eram chamadas de *Maroon*. Numa comparação grosseira (mas válida), elas se pareciam com o que no Brasil ficou conhecido como quilombolas. Muitos eram guerreiros em suas nações e nem chegavam a ser escravizados, fugindo antes de serem vendidos. A maioria vinha de nações africanas de matriz iorubá e praticava o *vodu* como sua religião. Essa espiritualidade ligava-os de modo profundo à natureza. Para eles a liberdade era uma condição natural, não uma concessão do direito. Sacerdotes e sacerdotisas lideravam levantes que seguiam para os engenhos para atacá-los e envenenar as águas dos rios. Muitos eram capturados e mortos, mas a resistência não cessava; ao contrário, aumentava.

Em 1791, um grande levante conduziria a colônia de Saint-Domingue à independência. O grito inicial foi dado pelo sacerdote Dutty Buckman, cuja liderança alcançava os *maroon* foragidos nas florestas do interior e os escravos agrilhoados das fazendas de cana nas planícies costeiras. Homens da *gens de couleur*, como Vincen Ogé, rico negociante da Ilha, neste período, lutavam pelos direitos civis conquistados pelos jacobinos durante a Revolução Francesa. Eles queriam a cidadania francesa revolucionária estendida à população da Ilha. Os *blanc* tentavam evitar isso para não perder o controle da colônia. Ogé foi preso e morto pelas autoridades, mas muitos mestiços como ele, inclusive homens formados na cultura europeia, continuaram o movimento. Do lado dos escravizados, o levante ganhou força e, em 1792, os insurretos já haviam dominado boa parte da Ilha, contando com mais de 100 mil adeptos.

Esse processo se estendeu de 1791 a 1804. Em 1792, conquistou-se os direitos civis como Ogé e seus amigos queriam; em 1793, por força da ação de Robespierre e dos jacobinos, a Convenção Nacional aprovou em Paris o fim da escravidão nas colônias. Saint-Domingue foi elevada ao status de unidade autônoma do império francês. Toussaint Louverture, escravo forro católico e formado na cultura ocidental, foi a figura de maior destaque nessa primeira fase da Revolução. Ele conseguiu aglutinar as forças da resistência escrava com lideranças de classe média, negociando com os franceses o fim da escravidão e a extensão dos direitos civis à população livre da colônia. Em 1801 convocou uma Assembleia Constituinte para votar leis próprias para a Ilha. Nessa época estava no governo da França Napoleão Bonaparte, que, ao contrário dos jacobinos dos tempos da Convenção, não estava disposto a negociar com os colonos.

O historiador tobagens Robert James se referiu aos revolucionários do Haiti como os “jacobinos negros”. Aqueles homens livres de cor e ex-escravos que lutaram ao lado de Louverture em Saint-Domingue, para James orientavam-se pelos valores dos direitos civis nos moldes dos políticos e ativistas jacobinos durante a Revolução Francesa.⁶ Napoleão havia dado um golpe no Diretório que o havia colocado no poder. No consulado triúnviro ele era o 1º cônsul. Em 1802, ordenou a restauração da escravidão em Saint-Domingue e nas demais colônias francesas. Sua intenção era reaver seu domínio sobre as elites locais e controlar a rica economia da Ilha. Louverture tentou negociar, mas foi traído e levado preso à França, onde foi morto, deixando seu legado aos companheiros.

Jacques Dessalines, ex-escravo que lutava ao lado de Louverture, embora tivesse desavenças com ele, assumiu então a liderança. Derrotando as forças napoleônicas, em 1804, Dessalines declara a independência da Ilha, chamando o novo país de *Haiti*, que no idioma originário da Ilha significa “Terra das Altas Montanhas”. Dessalines foi coroado imperador com o título de Jacques I. Durante seu reinado, conflitos entre lideranças locais dividiram o país. O reconhecimento da independência pela França e outras nações livres do mundo só foi possível depois de negociações e contratos desvantajosos com bancos franceses em 1825. O país ficou hipotecado, e teve que pagar pesadas indenizações aos antigos proprietários.

Neste trabalho, analisamos o impacto da Revolução Haitiana sobre a sociedade escravista brasileira. Embasamos nosso estudo numa nova historiografia que, revisando os eventos de Saint-Domingue, percebe o seu lado sociorracial e as repercussões de sua luta na América colonial e independente. Acreditamos que a agenda racial do nosso século tem muito a aprender com eventos como a Revolução Haitiana. Compreender nossas estruturas sociais e os processos que as criaram ajuda a discutir temas caros como o racismo estrutural e a desigualdade ainda sedimentada em nossa cultura. Esse trabalho foi realizado no âmbito do programa de iniciação científica PIBIC EM 2020-2021, com bolsa do CNPq concedida a um estuante e a participação de estudantes voluntárias.

Por meio da leitura das obras e fontes trazidas por historiadores, desenvolvemos um trabalho de reflexão e verificação dos elementos que possibilitaram a organização e repressão do movimento

⁶ Ver clássico: *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de San Domingo* de C. L. R. James, publicado em 1938.

negro no Brasil. As informações e ideias recebidas e difundidas pelos negros acerca de sua luta e dos protagonistas da Revolução do Haiti ganham foco central na nossa análise. Procuramos juntar a reação da elite branca brasileira à ação e ao agenciamento de pessoas escravizadas e livres de cor para perceber o caráter sociorracial dos eventos e do fenômeno que hoje e à época chamou-se *Haitianismo*.

Essa expressão, como observa Reis (1996), refere-se à influência da independência haitiana sobre a ação de negros e mestiços, escravos e libertos nos quatro cantos do continente americano. Para estudar esse fenômeno político e social, traçamos uma metodologia que consistiu na leitura e fichamento de textos de historiadores e análise dos jornais *O Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Estudamos a repercussão dos eventos no Haiti no Brasil e a repressão desenvolvida pela elite branca diante da possibilidade de revoltas como aquela eclodirem aqui também. Procuramos perceber como as pessoas escravizadas e livres de cor ressignificaram sua luta em um contexto novo que se abria em todo o Mundo Atlântico. Nossa atenção se voltou especialmente à maneira como se criaram os mecanismos de repressão social e o silenciamento dos negros, efeitos que permanecem em nossa cultura como estigmas sociais profundos e que, às vezes, passam despercebidos.

COMO A IMPRENSA E A CENSURA NO BRASIL COLÔNIA E EM PORTUGAL IMPACTARAM NA VISÃO QUE SE TINHA DA INDEPENDÊNCIA DO HAITI

Logo de início é importante destacar que os negros escravizados nas outras colônias da América e do Caribe já se organizavam em resistência antes mesmo da eclosão dos eventos no Haiti. A Revolução em Saint-Domingue, todavia, ocorrida em um momento de mudanças nas estruturas internacionais da escravidão moderna, foi um incentivo a mais para quem resistia à condição desumana em que se encontrava. A liberdade motivada pelo que se ouvia sobre a jovem nação negra cuja independência foi conquistada por homens e mulheres com história semelhante era um fator de identificação com os escravizados do Brasil. Além disso, o modo como as notícias chegavam e como eram relatadas e interpretadas pelos escravizados e proprietários, acabou gerando o aumento da repressão, produzindo efeitos sobre as discussões sociorraciais no país durante todo o século XIX.

Os ideais de liberdade defendidos na Revolução Francesa e no período de consolidação do constitucionalismo inglês mantinham acesos os valores da igualdade civil, ainda que não assimilassem a questão escravista e racial de maneira central. Tudo isso faz do período entre 1791 e 1880 um momento histórico especialmente complexo. Todas as forças e mudanças juntas geraram consequências importantes aos homens e mulheres cuja opressão poderia ser contestada sem estarem livres de reações.

Os trabalhos que discutiram a escravidão e os movimentos de resistência no Brasil durante o século XIX de alguma maneira trouxeram o *Haitianismo* para suas análises centrais. Mostraram como as questões relativas ao “medo negro” eram uma constante na ação das elites imperiais com relação à resistência escrava e a movimentação de pessoas livres de cor pelas camadas sociais da época. Entre os trabalhos de maior destaque podemos citar Sidney Chalhoub (1990) em *Visões de liberdade*, Luiz Mott (1988) em *Escravidão, homossexualidade e Demonologia*, Patrícia Valim (2007) em *Da sedição de mulatos a conjuração baiana de 1798: a construção de uma memória histórica* e João José Reis (1986) em *Rebelião escrava no Brasil* além de muitos artigos sobre o tema. Como salienta Logis (2017), via de regra os autores que trabalharam com a questão do *Haitianismo* no Brasil inspiraram-se no que o historiador americano Eugène Genovese (1983) chamou de uma “inspiração negra”.

Os negros escravizados de outras colônias tinham acesso a informações sobre o que havia ocorrido em Saint-Domingue, por isso o *Haitianismo* se tornou motivo de preocupação por parte das elites brancas brasileiras que temiam “um novo Saint-Domingue” aqui. O Brasil, maior porto negreiro do Mundo Atlântico, tinha nas suas estruturas sociais profundas a marca e a necessidade da

escravidão. O historiador Thomas Flory (1977), em *Race and Social Control in Independent Brazil*, ao analisar periódicos da época, concluiu que o *Haitianismo* é uma forma de compreender as atitudes da elite política brasileira e sua intensa discriminação aos negros livres.

De fato, o aumento da circulação de periódicos no Brasil mudou o contexto de recepção e circulação de ideias no país que ainda estava ligado ao império português. A América Portuguesa ligava os portos negreiros na África ocidental, com destaque para a ponte Luanda-Rio de Janeiro. A invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas em 1806, forçou o príncipe regente D. João VI e sua Corte a fugir para o Brasil. Quase 10 mil pessoas em 62 navios saíram de Lisboa em direção à América no final de 1807 aportando no Rio de Janeiro no início de 1808. A chegada da Corte ao Brasil gerou uma série de acontecimentos que levariam à independência em 1822. A abertura dos portos ao comércio com outras nações ampliou os mercados brasileiros. O Rio de Janeiro foi palco de uma reforma urbana, ganhou escolas superiores, biblioteca e jardim botânico. Tornando-se a sede e cidade mais movimentada do Império Português, a capital deu origem a um novo espaço público.

Por esse espaço transitavam pessoas, ideias e informações. Em setembro de 1808, o primeiro periódico impresso no Brasil foi colocado em circulação: a *Gazeta do Rio de Janeiro* – uma publicação oficial do Estado cuja função era informar a população sobre os despachos do Príncipe Regente e de sua Junta Diretora.⁷ Como órgão oficial, o periódico controlava as informações que circulavam no país. Sua recepção foi bastante popular entre as elites letradas, mas não era o único veículo de notícias da época.

Além da *Gazeta do Rio de Janeiro* havia o *Correio Braziliense*, jornal do polêmico jornalista Hipólito José da Costa. O periódico falava sobre livre comércio, independência e abolicionismo. Sua voz era incômoda para os interessados na manutenção das estruturas econômicas vigentes e da escravidão. Devido aos posicionamentos divulgados no jornal e à popularidade que alcançou, Hipólito da Costa se tornou inimigo da Corte portuguesa. Não por acaso, seu periódico era escrito e impresso em Londres e só entrava nas fronteiras do Império Português por meios clandestinos.

Mesmo defendendo o abolicionismo, o *Correio Braziliense* não tomava uma posição favorável à Revolução Haitiana. Com relação ao Haiti, a postura não fazia crítica explícita, mas noticiava sem maiores considerações os fatos, quando não os ignorava. Isso foi relativamente comum à época e atesta que o tema não foi central em suas publicações e que o seu silenciamento tinha razão de ser. A própria Revolução Francesa, pela violência e descontrole que alcançou na fase mais radical – o “reino do Terror” – foi criticada pelo jornal. Em Londres, outros periódicos comparavam os revolucionários franceses a animais selvagens da savana africana.

Hoje, mesmo com novos instrumentos de pesquisa e amplos bancos de dados, é difícil encontrar notícias sobre a Revolução do Haiti. Era como se se quisesse ignorar o movimento, silenciando os feitos dos negros. A violência do movimento foi propalada por testemunhas oculares da época, comumente para bestializar os agentes e vitimizar as famílias proprietárias. Em “Um relato particular da insurreição dos negros de São Domingos iniciada em agosto de 1791” (compilado de falas de deputados à Assembleia Geral de Saint-Domingue a 3 de novembro de 1791)⁸, vemos essa lógica ser repetida. Em sua fala, um parlamentar pede socorro ao governo para salvar os senhores que podiam ser aniquilados. Sua descrição dos “terríveis eventos” de São Domingos, como ele próprio diz, compreende a relação de traição dos escravos com relação aos seus proprietários. O senhor Odeluc, por exemplo, se voltando a seu cocheiro insurreto dizia:

⁷ A Junta Diretora foi instituída por Dom João VI e era comandada por homens de sua confiança, censurando tudo que ia contra o governo, incluindo ideais religiosos.

⁸ Originalmente em inglês: “An inquiry into the causes of the insurrection of the negroes in the island of St. Domingo. To which are added, Observations of M. Garran-Coulon on the same subject, read in his absence by M. Guadet, before the National assembly, 29th Feb. 1792”.

“Desgraçado, eu sempre te tratei com bondade, por que procuras minha morte?”. “Prometi cortar sua garganta”, respondeu o criado (Saint-Domingue, 1791, trad. nossa, p.1-3).

O julgamento do deputado é emblemático:

[...] aqueles escravos, que haviam sido tratados com muito carinho por seus senhores eram a própria alma da insurreição. Foram eles que traíram e entregaram os humanos senhores à espada do assassino; foram eles que seduziram e incitaram à revolta os bandos dispostos à fidelidade; foram eles que massacraram todos os que se recusaram a se tornar seus cúmplices. Que lição para os Amis des Noirs! (ibid., p. 5).⁹

Como apontam Basílio *et al* (2022), os séculos de violência contra os escravos não eram percebidos nem admitidos pelos senhores. Eles diziam que estava apagada toda a memória de sua bondade (ibid., p. 14). Postulando que “a escravidão é, para eles [negros], um título de honra”, o deputado dizia ainda a seus pares: “compare o estado deplorável dos negros na África com a sorte amena e confortável de que desfrutavam em nossas colônias” [...] “o governo paternal havia, por muitos anos, melhorado a condição de nossos negros” (ibid., p. 10).

Os ecos dessa mentalidade foram ouvidos no Brasil. Durante a Conjuração Baiana, ocorrida em 1798, homens pobres marcados pela afrodescendência e, ou pela escravidão haviam publicado panfletos influenciados por ideais de liberdade propalados na Revolução Francesa e na Revolução Haitiana. Isso mostra que o fato de uma colônia próxima ao Brasil se tornar independente não passou despercebido. Como em 1791, ano que marca o início do processo haitiano, não existia uma imprensa brasileira, podemos supor que as notícias chegassem ao Brasil por meio de boatos vindos da Ilha, ou de reações da própria elite proprietária alarmada com o que ouvia sobre os eventos em Saint-Domingue.

As tentativas de controle por parte das elites passavam pela criação de uma imagem negativa do Haiti e isso espelhava e fortalecia a discriminação sociorracial no Brasil. A ideia central era barbarizar as ações dos negros e tomá-los por traidores e perigosos. Um processo sedimentado desde o início da colonização, aumentou nesse período. Os grupos proprietários procuraram silenciar quando não “demonizar” os negros. Isso funcionava, por um lado, como mecanismo de repressão, mas potencializava, de outro, o impacto dos eventos de Saint-Domingue no Brasil.

Relatos de insurgências não foram isolados. Os legados do *Haitianismo* não se restringiram ao período da Revolução, tendo efeitos por todo século XIX. Essas questões são objeto de estudo de historiadores contemporâneos, principalmente no que diz respeito às consequências observadas entre as elites brancas letradas da época. Essa parte da população estava mais próxima dos meios de comunicação, por isso a obtenção de documentação é mais fácil entre ela que entre os negros. De qualquer maneira, é possível verificar pistas sobre o comportamento da população livre de cor e escravizada diante das repercussões da Revolução, o que demonstra que se representavam como grupo de luta e resistência inspirado no movimento de Saint-Domingue.

Um temor sociorracial sistemático se desenvolve então no Brasil. A repressão e a segregação em curso desde a colônia aumentam. A população branca temia que as manifestações de resistência se tornassem lutas sociais contra o modelo escravista. É possível percebê-lo numa fala do comandante da fragata *Pérola* aos habitantes de Pernambuco, publicada em Londres, pelo periódico *Investigador Português*.

O exemplo da ilha de São Domingos é tão horroroso e ainda está tão recente, que ele só será bastante para aterrar os proprietários deste continente (...) Poderia resultar na expulsão dos brancos deste continente e no estabelecimento de uma segunda São Domingos nos territórios brasileiros (...) Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas,

⁹ Do francês, “Amigos dos Negros”, sociedade abolicionista francesa fundada ao fim do século XVIII.

incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos (Investigador Português, item B, Capítulo V, Primeira Parte, Londres, 1817.)

Esse medo cujo crivo sociorracial é claro e naturalizado aparece também na fala de João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz, que em 1821 escreve uma *Memória acerca da necessidade de se extinguir a introdução de escravos africanos no país*. A obra aponta os perigos das ideias de liberdade e igualdade dos escravos, especialmente se viessem das colônias francesas. Apenas felizes circunstâncias impediram o Brasil de se tornar um “novo Haiti”, ele escreveu.

Não passaremos revista aos horrores praticados nas colônias francesas, pois que o coração se furta a isso e andam livros cheios, escritos com lágrimas. Recolha, porém, o leitor todas as suas forças e, se é que pode encarar como tal espetáculo, contemple a ilha de São Domingos, primor da cultura colonial, a joia preciosa das Antilhas, fumando ainda com o sacrifício de vítimas humanas e inocentes... Observe sem lágrimas, se pode, dois troncos levantados sobre os ossos de senhores legítimos para servirem de recompensa aos vingadores de Toussaint Louverture (COSTA, 1988, p 17-22).¹⁰

Queluz coloca o exemplo do Haiti como forma de alertar o governo brasileiro sobre a necessidade de aumentar a repressão. A expressão “senhores legítimos” nos lembra como era naturalizada a posição dos homens de brancos de posses com relação às pessoas escravizadas de cor. A respeito das medidas tomadas acerca das possíveis revoltas, podemos lembrar o exemplo de Pernambuco. Segundo o historiador Dênis Antônio de Mendonça Bernardes, as referências a São Domingos na província merecem destaque, pois foram símbolo da afronta à ordem vigente e contestação à autoridade branca escravocrata. A violenta repressão sofrida pelos movimentos pernambucanos demonstraram o exemplo a ser seguido pelas autoridades com relação a todos que tentassem articular contra o governo imperial, além de evidenciar o medo de as “pequenas” revoltas se tornarem, como no Haiti, uma revolução.

Além disso, as constantes fugas e levantes escravos assustavam a população branca, que seria a primeira atingida caso uma revolução eclodisse. Esse medo negro foi usado como justificativa para a crescente discriminação sociorracial, tanto com pessoas livres de cor quanto escravizadas. Qualquer negro era visto como inimigo, sendo definido muitas vezes como “haitiano”, mesmo não tendo nenhuma relação com o país.

Após a independência de Saint-Domingue, em 1804, negros da milícia do Rio de Janeiro foram vistos usando broches com a face de Dessalines, líder da Revolução na sua fase mais radical. Sobre esse fato, Luiz Mott escreveu:

Se levarmos em conta que a coroação de Dessalines como imperador do Haiti ocorreu em setembro de 1804, concluiremos que foram necessários apenas poucos meses para que já em 1805 os militares negros do Rio de Janeiro, capital da Colônia, tivessem conhecimento e ostentassem ufanos a efígie do líder antilhano (MOTT, 1998, p. 3).

Isso sugere, como já apontado, que as notícias sobre a Revolução Haitiana circulavam pelas Américas e que a identificação dos brasileiros com relação ao evento era praticada. Mott observa que aquela mobilização havia sido “surpreendentemente rápida se levarmos em consideração a demora e a raridade dos contatos do Haiti com o Brasil”. Para o autor, esse episódio deve nos colocar algumas questões: “onde teriam sido feitos os tais ‘retratos’ de Dessalines? No próprio Haiti

¹⁰ COSTA, João Severiano Maciel da. Memórias sobre a escravidão, p. 17-22.

ou no Brasil? Se na própria ilha de São Domingos, quem os teria trazido para a América do Sul?” Esses questionamentos procuram as difíceis evidências de uma efetiva potencialização da resistência negra no Brasil sob o espelho dos acontecimentos em São Domingos. “De que material seriam os tais ‘retratos’: pintura a óleo sobre metal ou escultura em concha bicolor à maneira de um camafeu?”. No final, fica uma certeza, afirma Mott: “os retratos foram arrancados dos milicianos cariocas”. Esse fato desloca nossa atenção da incógnita resistência negra informada pela Revolução para a certeza de uma reação branca contra tudo que se referisse à luta organizada dos negros contra seus opressores.

Outros estudos apontam na mesma direção. Em 1814, após uma sublevação de escravos em Salvador, era possível escutar pelas ruas as seguintes palavras: “Liberdade! Viva os negros e seu rei!”, “Morte aos brancos e mulatos”, numa clara alusão ao movimento de São Domingos e à coroação de Dessalines (GOMES e LIBANEO, 2002, p. 136-137). Quando se inclui os mulatos é porque muitos deles se identificavam mais com o senhorio que com os cativos. No próprio Haiti muitos eram formados em escolas europeias e se tornavam funcionários dos senhores nas fazendas. Alguns chegavam a ficar ricos e ter e negociar escravos na Ilha.

Outro exemplo está em Sergipe, quando um grupo de anticolonialistas pregou nas casas cartazes escritos “Morrão os marotos e Caiados” (portugueses e brancos), organizando jantares que amedrontavam as autoridades locais sob brados e elogios ao “rei do Haiti” e a “São Domingos, a grande São Domingos”. Em carta enviada ao Governador das Armas de Sergipe em 1824, uma autoridade colonial da vila de Laranjeiras dizia o seguinte:

Senhor Governador das Armas. ALERTA. Uma pequena faísca faz um grande incêndio. O incêndio já foi lavrado. No jantar que deram nas Laranjeiras os ‘Mata Caiados’ se fizeram três saúdes: primeiro a extinção de tudo quanto é do reino, [...] a segunda a tudo quanto é branco do Brasil [...] ao Rei de Haiti, e porque não o entendiam, falou mais claro: São Domingos, o Grande São Domingos [...] Alerta. Alerta. Acudir enquanto é tempo. Laranjeiras, 26 de junho de 1824. (MOTT, 1988, p. 17).

A relação de ambivalência entre medo e inspiração fica clara no cenário brasileiro do Oitocentos, evidenciando a efervescência política e social da época. Aqui vemos ainda uma aproximação entre a estrutura escravista e o Reino, ou seja, um sentido amplo de liberdade, abolição e independência aproximadas. Um nexos “perigoso”, a faísca de que fala a carta. Um documento secreto escrito por um agente francês enviado a D. João VI entre 1823 e 1824 também dizia: “o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois trata-se do mais forte numericamente..., vê com prazer e esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos”.

Para o historiador Jaime Rodrigues, um “clima de oportunidades” foi criado pela Independência Haitiana aos negros do Haiti, fenômeno que pode ser observado também aqui no Brasil. Quando a Assembleia Constituinte estava formada, em 1823, já no governo Pedro I, os negros viam uma possibilidade de obter direitos. No país recém-independente, abolição e cidadania podiam entrar juntos à pauta da liberdade. Na década de 1830, essa luta aumentou. A saída de D. Pedro I do país criou um clima de ampliação de liberdades regionais. Na Bahia, em 1835, uma mobilização de escravizados islâmicos colocou em xeque as estruturas políticas do Império. Apesar de malograda, a Revolta dos Malês foi a maior do seu tipo. Em torno do Corão, os escravizados lutavam por liberdade, embora planejassem a escravização de grupos de etnias e religiosidades diferentes.

Acerca disso, João José Reis cita a Lei Provincial n. 9, de 1835, criada logo após esse levante. A legislação vetava a aquisição de bens imóveis pelos africanos, a fim de “evitar que libertos usassem suas casas para abrigar escravos fugidos e organizar reuniões conspiratórias, conforme havia acontecido em preparação para o recente levante”. Isso nos lembra os episódios das

reuniões no Sergipe e em Salvador também, além da utilização de amuletos com desenhos de Dessalines na guarda pública do Rio de Janeiro. Apostando em “civilizar” a cidade, o governo da Bahia procurou tornar difícil aos africanos alforriados estabelecer residência na capital baiana. A lei ainda previa que todos os africanos libertos seriam, no devido tempo, deportados de volta à África. Outras medidas incluíam o pagamento de um imposto anual de 10 mil-réis, que penalizava os africanos, e a deportação sumária dos suspeitos de revoltas, mesmo que não tivessem sido incriminados em inquérito policial.

É bastante evidente que o Brasil dos anos 1800 tenha vivido uma época conturbada, entre novas ideias e movimentos de negros livres e escravizados em meio aos brancos amedrontados. A Revolução de Saint-Domingue era o reflexo do novo contexto e suas repercussões foram sentidas em outras paragens. Marcadamente violenta, a Revolução do Haiti tinha um crivo claramente sociorracial. No Brasil, como apontou Fontanella (2007, p. 68),

Para as elites proprietárias, a revolução de São Domingos unificou todas as ameaças em um só corpo e uma só cor, o negro. Enquanto para os escravos a revolução propagou uma onda de liberdade, para as elites propagou apenas o medo. O ‘medo negro’ foi uma das características que marcaram o período após a revolução haitiana (FONTELLA, 2007, p. 68).

HAITIANISMO, LEIS E PUNIÇÕES NO BRASIL

A Revolução Haitiana é a única de sua espécie em todo o mundo Atlântico. Seus feitos são visíveis durante todo esse período entre os anos 1800 e 1840 e podem ter se perdido no tempo. Apesar de uma realidade relativamente distante da brasileira, a Revolução Haitiana estremeceu o sistema colonial e mudou a percepção dos negros sobre o seu poder de mudança numa sociedade desigual. Nosso interesse por trazer uma discussão como essa está principalmente em observar como os eventos históricos e a história que é contada se misturam a interesses sociais bem demarcados.

A palavra *Haitianismo* foi abordada de duas formas, sendo uma positiva e elogiosa, a outra pejorativa e acusatória. Esse contraste é decorrente da interpretação e das intenções em que foi usada. Para aqueles que viam no exemplo do Haiti um modelo a ser seguido, o *Haitianismo* era um fenômeno de estímulo à resistência; para os que viam como um caso de violência e desordem, seus efeitos deveriam ser combatidos. Discute-se também o impacto para a elite branca e questiona-se a amplitude de repercussão sobre os pensamentos e as ações dos negros. Além desse ponto, existe também a questão da extensão temporal do conceito.

Para Flory, na década de 1830, estava em discussão no Brasil a temática racial e a elite branca, em particular, a debatia em grande escala. As discussões sobre a circulação de informações relativas à Revolução Haitiana marcaram o período, principalmente no início das Revoltas Regenciais. Flory observa que a expressão *Haitianismo* se tornou uma “provocação racista” que coincidia com as crises políticas e refletia um tratamento mais pesado para com os escravos. De acordo com sua visão, o *Haitianismo* foi usado como estratégia política para justificar no Brasil a intensificação das atitudes discriminatórias, punições exageradas e situações degradantes às quais os negros eram submetidos.

Após a Revolta dos Malês (1835), aponta a autor, o medo sociorracial se tornou mais verificável (FLORY, 1997). Paradoxalmente, o termo *Haitianismo* teria entrado em desuso, no momento em que os brancos perceberam que usá-lo poderia incitar os movimentos ao invés de intimidá-los. Optaram, então, por uma retórica racial mais cautelosa e cuidadosa, evitando provocações racialistas que pudessem levar a situações insurreta e revolucionárias.

Sobre esse assunto, Jeffrey Needell defende que, ainda que tenha ocorrido o sumiço das notícias e discussões a respeito da Revolução Haitiana das páginas da imprensa, a influência da vitória negra ainda repercutia no Brasil. Para Needell, os rumores orais teriam estendido a influência do levante para além da década de 1830, atingindo brancos e negros. Teria também influenciado posicionamentos, pensamentos e ações de grupos insatisfeitos com sua condição, principalmente os escravos por sua situação degradante e os libertos, pela pobreza e exclusão.

Para Luiz Geraldo Silva (2016), os homens livres de cor foram os mais impactados pela Revolução Haitiana no Brasil. Essa classe passou a se inspirar na luta contra o preconceito sociorracial e a desigualdade política, mantendo, todavia, sua posição privilegiada com relação aos africanos escravizados e seus descendentes. O Haiti, então, não serviria como exemplo de revolução, mas de acomodação jurídica e política. Para os mestiços livres, o estrato social que representavam deveria estar um degrau acima dos africanos escravizados e suas primeiras gerações. Isso expõe estratégias sociais de ascensão e conflito que não seriam possíveis senão em um quadro de mudanças estruturais na economia escravista e na política da época. O caráter sociorracial, neste contexto, inseria-se ao tema da liberdade e da cidadania em nações independentes.

Tudo isso evidencia a repercussão e o significado da Revolução Haitiana no Brasil e reflete a complexidade que de sua recepção. Expõe contradições e permite avaliar o acirramento das desigualdades sociorraciais em uma sociedade que sediou o maior mercado negreiro do mundo durante os três séculos da escravidão moderna. A instabilidade do momento histórico expunha o impacto de uma revolução escrava que obteve sucesso. Se os negros se unissem, poderiam impor aos brancos uma nova ordem. Essa realidade gerou um período de choque e atestou a marca do *Haitianismo* na sociedade brasileira.

O tema da Revolução Haitiana é relativamente novo. Não sua história, mas os novos olhares que encorajaram sua revisão. Hoje, em um mundo marcado por uma forte agenda racial, repensar a Revolução é uma mudança importante. A própria expressão “Revolução” já demonstra uma virada teórica. Porque estudamos a Revolução Francesa e a Revolução Americana (independência dos EUA) como processos revolucionários e não consideramos revolucionária a independência do Haiti? Por que Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines não são vistos na história como são vistos Maximilien Robespierre, Honoré de Mirabeau, George Washington e Tomas Jefferson? Seriam estes mais importantes? O que importa para considerar o caráter revolucionário de homens e eventos?

Uma historiografia que se coloque essas questões lança luz sobre o nosso próprio tempo. Quando falamos em racismo estrutural e educação para a diversidade étnico-racial, precisamos conhecer os processos profundos que significaram nossas relações e sedimentaram maneiras de condenar pessoas por critérios de raça. Pesquisas e análises de textos, documentos e fontes diversificadas vêm sendo feitas e outras têm sido encorajadas. Como aponta Logis (2017, p. 131), a obra *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista: o que não deve ser dito*, de autoria do historiador Marco Morel, com base em uma historiografia diversa com ampla presença de fontes e autores haitianos “traz em seu conteúdo uma análise inovadora, além de ser um importante estudo dos efeitos causados pela Revolução do Haiti sobre a antiga colônia portuguesa, sobretudo no período pós-independência”. Morel debate com historiadores haitianos como Pauléus Sannon, que publicou suas obras nas primeiras décadas do século passado, e Gérard Barthélémy, autor mais contemporâneo que tem uma famosa pesquisa sobre o mundo rural no país pós-independência. Tanto para Sannon como para Barthélémy a Revolução Haitiana foi um evento essencialmente racial, colocando de um lado os brancos e de outro os negros. Barthélémy inclusive salienta que, mesmo os pretos livres, depois de emancipados, não conseguiam aplacar sua condição de cor. Morel muda essa visão, trazendo a Revolução do Haiti a um palco sociopolítico, onde os pretos livres e escravizados lutam contra todo o sistema escravista e em uma lógica social centrada na possibilidade de ascendência social e política (Logis, 2017).

No Brasil, os documentos expõem registros de ações como levantes e porte de objetos ligados à Revolução e registros (ou apenas alarde) de revoltas e levantes impulsionados pela vitória

dos negros nas Antilhas. Alguma coisa nos jornais e fontes oficiais em que se solicita o recrudescimento da vigilância e da repressão também são visíveis. Nada muito mais que isso. Tudo isso, todavia, já dá indicações do que os negros podiam fazer e como eles se mobilizavam mais ou menos motivados pelos eventos em São Domingos. A quantidade de fontes disponíveis para uma pesquisa como essa não é vasta. A maioria foi produzida por brancos que estiveram ligados aos eventos. O silenciamento acaba sendo uma estratégia dos repressores para não dar força ao movimento. As pistas valiosas para uma discussão madura sobre o caráter sociorracial das revoltas e sua repressão pelas elites brancas são usadas para perceber como, ao longo do tempo, as pessoas de cor se movimentam no interior de posições sociais e políticas.

No Brasil, conforme a notícia da vitória no Haiti se espalhava, as reivindicações se tornavam mais intensas e exigentes e a luta dos escravizados por melhor tratamento e condições de “trabalho” se tornava um ideal de libertação. Isso não significa que as coisas não pudessem caminhar nessa direção se não fosse a Revolução Haitiana, mas que, com ela, uma espécie de consciência de luta era encorajada. O Brasil nas primeiras décadas do século XIX já discutia a questão da escravidão e da condição sociorracial de suas estruturas históricas. A Abolição, como nos Estados Unidos, era tema de debate parlamentar, e, lá como aqui, o processo foi finalizado na segunda metade do século.

Alguns estudiosos sugeriram que o *Haitianismo* fosse um exagero cometido por estudiosos do tema que queriam ver nos eventos do Haiti uma influência central da luta dos negros no Brasil. Preferimos pensar que as poucas e contundentes alusões que expusemos até aqui, tão bem trabalhadas pelos historiadores que as construíram, são sinais de uma população consciente de sua condição e das possibilidades de se movimentarem no interior das estruturas sociais em que está inserida. Homens e mulheres que produziram estratégias de resistência cujo silenciamento foi tática de opressão dos brancos para combater suas ações.

Em meados do século XIX, o Brasil tinha um enorme contingente de escravizados, representando quase um terço da população do país. O discurso sobre o “perigo negro” já em uso na época foi incrementado pelos acontecimentos internos e externos. O *Haitianismo* continuou na nação escravista onde estava o destino principal da maior parte das pessoas escravizadas vindas da África. Em 1840, quando D. Pedro II ainda nem havia sido coroado, a Balaiada no Maranhão era vista como um eco do Haiti no Brasil. O poder intimidador das ações e reações dos negros havia se tornado indiscutível. O “medo negro” se convertera em fator de influência na ruína do sistema escravista.

No período entre a independência e as décadas de 1870 e 1880 verifica-se uma ampliação das alforrias e o aumento da população livre de cor. O perigo das revoltas que saíssem do controle era um fator que forçava a sociedade escravista a achar caminhos de reestruturação. O temor que povoava o pensamento da elite brasileira tinha origem não apenas nos rumores sobre a vitória dos negros no Haiti, mas também nas lutas e nos movimentos escravos que não assumiram uma posição definida nem sustentaram uma firme continuidade, porém expunham a mobilização dos negros contra a situação em que se encontravam. Parece observar-se uma mudança na maneira como se organizou o próprio sistema escravista, com o fim do tráfico (1850), de um lado, e a manutenção da exploração do trabalho e a intensa segregação social entre africanos, pretos forros, mestiços e brancos ricos e pobres.

Hoje nos debatemos com questões de racismo e cidadania, como os EUA se debateram nas décadas de 1960 e 1970 e ainda se debatem. Em outras sociedades americanas e caribenhas, como Cuba e Colômbia, onde a escravidão também foi notável, o mesmo ocorre. A estrutura sociorracial permanece. No Haiti, onde a escravidão havia sido abolida durante a Revolução, as diferenças internas também subsistem. Uma elite mestiça e famílias negras abastadas dominam os postos de comando e o país tem um histórico de ditaduras que mantêm a imensa maioria da população pobre negra excluída e segregada.

O Haiti é o país mais pobre do hemisfério ocidental. Aqui, como lá, a questão racial é talvez mais que nunca parte fundamental dos debates e revisionismos. Nas redes sociais e nos livros de

história, o tema ganhou eco nos últimos anos. O documentário “A História oculta da Revolução Haitiana” é um sucesso nas mídias digitais e pode ser entendido como uma expressão da história pública sobre o tema da escravidão e do racismo. Tudo isso parece atestar o reflexo de nossas demandas sociais sobre o estudo e a escrita do passado. É um desafio para as gerações atuais recolocar essas questões e ligar às agendas atuais os casos profundos de uma história que pode sempre ser revisitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Independência do Haiti abriu espaço para a emancipação política da segunda nação a se formar na América colonial, e desafiou a ordem escravista colonial com a participação organizada de negros escravizados. Sofrendo um boicote e isolamento por parte de outras nações da época, o Haiti ficou isolado como uma jovem nação negra sem legitimidade.

A Revolução Haitiana colocava muita coisa à prova: a escravidão, as liberdades civis inventadas pelos brancos, a liberdade de um país feita pelas mãos dos escravos. Desafiava as estruturas de poder e pensamento político e social basilares da cultura ocidental. Seu isolamento por outras nações do mundo, inclusive pela recém-emancipada República dos EUA, não impediu que seu exemplo fosse ouvido por todo o Mundo Atlântico, especialmente pelo Brasil.

Quando as notícias sobre as ações de homens como Louverture e Dessalines chegaram ao Brasil, elas promoveram duas reações distintas: a) a inspiração por parte dos pretos escravizados e das pessoas livres de cor, que passam a se movimentar mais em busca de mudanças na sua condição social e política, e b) o aumento da repressão por parte dos brancos proprietários e das autoridades que queriam afastar o perigo das revoltas negras no país. A primeira reação tem como efeito a ampliação de um ideal de liberdade e organização de rebeliões efetivas no Brasil, e a segunda o recrudescimento da legislação e das ações de contenção e reação a essas ações. O *medo negro* leva à criação de novas leis e medidas repressivas para conter os possíveis movimentos dos negros.

Em meio a esse cenário podemos, e seguindo as conclusões de grande parte dos historiadores, podemos concluir que a reação branca ao *Haitianismo* reforçou o preconceito, sendo o termo utilizado às vezes como provocação e motivo para se punir e controlar os escravizados. Era como se os sempre carrascos quisessem agora ser entendidos como as vítimas dos “traidores” do Haiti.

As fontes que os historiadores têm à disposição não possibilitam um estudo detalhado do pensamento da população afrodescendente brasileira com relação aos eventos no Haiti. O que se sabe sobre sua mobilização com relação à Revolução são relatos dos brancos a esse respeito. Fontes muitas vezes ligadas exatamente à sua repressão. Muitos historiadores, porém, tentam trazer os vencidos para o palco da história. Procuram rastros de suas ações nos documentos produzidos pela elite repressora e ampliam sua análise para as dimensões sociais e políticas da sociedade da época e suas ligações contemporâneas.

Em suma, o que tentamos neste trabalho foi compreender melhor esse campo de estudos diverso e profícuo, cheio de questões fecundas para novos estudos. Se o exemplo do Haiti foi traumático para um mundo acostumado à captura, venda e violência sistemática de pessoas de cor, talvez seus efeitos não se restrinjam ao passado. Hoje, quando falamos em racismo estrutural, podemos identificar na sua base a origem de preconceitos silenciosos. Mas esse mesmo silêncio pode nos dizer outras coisas. Podemos saber mais sobre o agenciamento de negros no Brasil da época a partir de elementos que os historiadores souberam extrair de uma documentação não produzida por eles. Esperamos que outros estudos possam ser encorajados para que possamos, no futuro, ter ainda maior compreensão sobre os efeitos da Revolução Haitiana no Brasil, e no restante das sociedades coloniais atlânticas e do mundo.

REFERÊNCIAS

- BASILIO, Anna Beatriz de Almeida; Gonçalves, Camila dos Santos, Fernandes, Eva Maria de Souza; Simão, Fábio Luiz Rigueira. A Revolução do Haiti sob uma perspectiva étnico-racial. In: **Revista Internacional d’Humanitats** 54-55 jan-ago 2022 CEMOrOc-Feusp / Univ. Autônoma de Barcelona / Colégio Luterano São Paulo.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Fapesp/Hucitec; Pernambuco: UFPE, 2006.
- DE SÁ, Miguel Borba. “**O Haitianismo**: Colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro”. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=37787@1> Acesso em: 24 mar. 2021.
- FERNANDES, Guilherme Vilela. **Tributação e escravidão**: o imposto da meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo (1809-1850). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i2>. Acessado em: 21 mar. 2021, p102-113.
- FLORY, Thomas H. **Judge and jury in imperial Brazil**, 1809-1871. Austin: University of Texas Press, 1981.
- FREITAS, Soraya Matos de. “Qual silêncio?” O Haiti nas páginas dos primeiros periódicos brasileiros, 2011. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- GOMES, Daniel Machado; CÍCILIO, Tiago da Silva; NEVES, Raphaela Abud. “O fim da censura prévia no Império Português e a liberdade de imprensa no Brasil. **Direito**: passado, presente e futuro”. Volume 2, p. 467-480, 2020.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2010.
- JUNIOR, Nelson Veras de Sousa. **A exceção da exceção**: o processo de reconhecimento da independência do Haiti pelos estados unidos. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/12933>. Acessado em: 18 abr. 2021
- KNIGHT, Franklin W. “*The Haitian Revolution*: The American Historical Review”. **Indiana**, Volume 105, p. 103–115, fevereiro, 2000.
- MOREL, Marco. “A Revolução do Haiti e o Império do Brasil: intermediações e rumores”. **Anuario de estudios bolivarianos**, Venezuela, Vol. 11, N° 12, páginas 189-212, 2005
- MOTT, L. “A Revolução dos Negros do Haiti e o Brasil”. In: MOTT, L. **Escravidão, Homossexualidade e Demonologia**. São Paulo: Ícone, 1988.
- LOGIS, Berno. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 7, n. 13, p. 130- 133, 2020. Resenha: MOREL, Marco. A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista: O que não deve ser dito. 1. ed. Jundiaí. São Paulo: Paco, 2017. 348, p.

NICOLAY, Robson Luis. “Haiti e seu processo de independência”. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 5, Nº19, Rio, 2010

NASCIMENTO, Washington Santos. ‘São Domingos, o grande São Domingos’: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840)”. **Dimensões**, Vitória, volume 21, p. 125-142.

NEEDELL, Jeffrey D. **The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831–1871**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. “Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d’O Correio Braziliense”. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, nº 1, p.106-130, 2017.

REIS, João José. “Quilombos E Revoltas Escravas No Brasil”. **Revista USP**. São Paulo, 1996.

SAMPAIO, Claudineide Rodrigues Lima. O haitianismo no Brasil e o medo de uma onda Revolucionária. **Anais do X Colóquio de História da UNICAP**, 2016.

SANTOS, Larissa dos. “A Revolução Haitiana e os ecos de uma insurreição negra”, 2018.